

A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Andressa Krieser Bauermann¹

Anelise Graciele Rambo²

Entre as décadas de 1980 e 1990 iniciou-se uma mudança institucional na visão de desenvolvimento. Disseminou-se neste período um novo discurso que salientava a importância de uma inovação retórica da visão setorial em direção a territorial, no âmbito das políticas públicas brasileiras voltadas ao desenvolvimento rural. A abordagem territorial enfatiza dois aspectos eminentes: a feição intersetorial e interministerial, onde, há a adoção de políticas públicas coordenadas por diferentes ministérios de forma conjunta sob um mesmo território e, a abrangência mais ampla do que comunidades e municípios. Assim, uma abordagem de cunho territorial, vem com o intuito de combater a pobreza e o viés setorial, que restringe os investimentos e as ações ligadas a agricultura familiar. Deste modo, o projeto de pesquisa denominado Políticas de desenvolvimento regional e políticas de desenvolvimento territorial: dinâmicas territoriais complementares ou paralelas? Estudo de casos na região Sul do Brasil, aprovado pela chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013, objetiva de forma geral, analisar em que medida as políticas de desenvolvimento regional – PNDR e as políticas territoriais – sobrepostas, num mesmo espaço geográfico, envolvem e integram os atores sociais locais na promoção do desenvolvimento. Para tanto, a metodologia está subdividida em quatro etapas. São elas: (i) revisão bibliográfica sobre abordagens do desenvolvimento, abordagem escalar, gestão social e governança territorial; (ii) pesquisa de dados secundários acerca das políticas públicas de desenvolvimento regional e políticas territoriais; (iii) pesquisa de campo na região selecionada e; (iv) análise dos dados levantados ao longo da pesquisa. A fim de agregar novos referenciais à pesquisa, compreender a dinâmica do desenvolvimento territorial e o discurso imbricado nessas políticas, realizamos nas duas etapas iniciais do projeto, as quais ainda estão sendo finalizadas, o levantamento de experiências/políticas de desenvolvimento territorial. Enquanto políticas territoriais, podemos citar os Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, no Brasil; o Programa Territorios Productivos, no México; o Programa LEADER, da União Europeia; o Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios (PNADT), na Argentina; o Fundo Equatoriano Populorum Progressio (FEPP); e o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER), na Colômbia. Nessas experiências, constatou-se que há uma dissonância entre a abordagem territorial empregada pelas políticas públicas e o

¹ Acadêmica do curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. Contato: andressakrieserbauermann@gmail.com Bolsista PIBIC/CNPq.

² Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora do curso de Geografia (Chapecó) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Laranjeiras do Sul). Contato: ane_rambo@yahoo.com.br

conceito de território, tal como concebido, por exemplo, pela Geografia. Assim, a abordagem territorial das políticas públicas enfatiza a superação do viés setorial e o combate à pobreza. A abordagem da Geografia Política, por sua vez, dá ênfase às relações de poder. Deste modo, as políticas públicas consideram o território a priori, não observando as relações de poder entre os agentes sociais. Portanto, por meio das experiências apresentadas, se observa que as políticas territoriais já avançaram em relação às políticas setoriais e às políticas agrícolas tradicionais. Porém, estas ainda não podem ser consideradas territoriais levando em consideração o conceito de território, uma vez que pouco tem se considerado as relações de poder que o constituem.

Palavras-chave: abordagem territorial; políticas públicas; território; relações de poder; geografia política.